



Artigo por Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos

OS FARMACÊUTICOS PERANTE GRANDES QUESTÕES DA SAÚDE

Os farmacêuticos portugueses têm participado na primeiríssima linha do desenvolvimento do sistema nacional de saúde, desempenhando funções essenciais e dando resposta, de modo insubstituível, a necessidades da população e do País. O elevado grau de satisfação da população com a actividade dos farmacêuticos está demonstrado em vários estudos independentes, sendo igualmente inegável que a profissão tem uma importante quota-parte de responsabilidade em muitos dos sucessos do nosso sistema de saúde.

As capacidades dos farmacêuticos atravessam todo o “cluster” da saúde...

Nas diferentes áreas de intervenção profissional do “cluster” português da saúde e subjacentes ao Acto Farmacêutico, consagrado por lei, – quer no sector do medicamento, quer no sector analítico –, os farmacêuticos têm colocado a sua perícia técnico-científica ao serviço da sociedade, promovendo mais e melhores cuidados de saúde e contribuindo, directa e indirectamente, para o fortalecimento da competitividade do País.

No sector do medicamento, os farmacêuticos assumem responsabilidades na indústria farmacêutica, distribuição grossista, farmácia comunitária, farmácia hospitalar e radiofarmácia. No sector analítico, intervêm activamente nas análises clínicas, genética e nas análises toxicológicas, ambientais, de água e de alimentos. A profissão farmacêutica está transversalmente activa em todo o “cluster” da saúde, que vem tendo crescente relevância na economia nacional, especialmente nas exportações.

Os farmacêuticos asseguram à população acessibilidade aos medicamentos e garantem a sua qualidade e segurança. Aí reside um dos mais inestimáveis e intangíveis valores das sociedades modernas. Tudo isto porque participam activamente em todo o circuito do medicamento: investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação; regulação e avaliação científica; produção e garantia da qualidade; distribuição, dispensa e monitorização da utilização, incluindo a gestão do risco e a promoção da adesão à terapêutica.

São os farmacêuticos – com uma formação construída ao longo de cinco anos de universidade, agora no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, e uma qualificação estruturada e permanente, ao longo da vida, supervisionada pela Ordem dos Farmacêuticos – que asseguram aos cidadãos o acesso a medicamentos com qualidade, segurança e eficácia e promovem a sua adequada utilização, contribuindo decisivamente para que sejam alcançados os outcomes clínicos desejados. A sociedade usufrui da sua plena disponibilidade para prestar aconselhamento diferenciado, que é gratuito



CARLOS MAURÍCIO BARBOSA

e disponível 24 horas por dia, durante os 365 dias do ano. Ora, por aí também chegamos à competitividade da nossa economia, porque esses factores de bem-estar das populações, próprios das sociedades mais desenvolvidas, que os farmacêuticos visivelmente proporcionam em Portugal, estão plenamente conhecidos e interiorizados pelos observadores e decisores externos quando apreciam, por exemplo, a qualidade da oferta de serviços, como o turismo, ou as condições de localização de investimento directo estrangeiro – eles sabem que existe uma cobertura farmacêutica de todo o País e que o nível da assistência farmacêutica é verdadeiramente excelente. E há outras vertentes essenciais a relevar. Na educação para a saúde, domínio de especial importância para a sociedade e para o País, cabe ao farmacêutico, enquanto profissional de saúde que mais próximo está da população, desempenhar um fundamental papel, promovendo e participando activamente em campanhas de saúde pública visando a promoção da

saúde e a prevenção da doença. O farmacêutico também desempenha um papel insubstituível na optimização da terapêutica a nível hospitalar e na promoção do uso seguro e racional de medicamentos e dispositivos médicos. A sua integração efectiva nas equipas multidisciplinares de saúde proporciona importantes benefícios, quer nos resultados clínicos alcançados quer na racionalização da gestão de recursos.

De igual modo, os farmacêuticos asseguram em larga medida a capacidade instalada em Portugal no domínio analítico, incluindo as análises clínicas, genética humana, análises toxicológicas, de águas e alimentos e outras no âmbito da saúde pública.

Para tudo isto, os farmacêuticos portugueses realizam diariamente milhares de intervenções e procedimentos técnicos diferenciados, decorrentes do Acto Farmacêutico, muitas vezes sem que os cidadãos deles se apercebam e tenham consciência do real impacto na sua vida.

Mas o sistema de saúde subutiliza o potencial dos farmacêuticos...

É indubitável que a capacidade de intervenção dos farmacêuticos junto da sociedade muito tem contribuído para o progresso do País e para o bem-estar dos cidadãos. Mas, como tenho reiteradamente afirmado, a capacidade técnica e científica dos farmacêuticos portugueses é muito superior à utilização actual que a sociedade dela faz. Considero este desbalanço incompreensível. Em si mesmo, é um desperdício de produção e produtividade e assume especial importância precisamente se tivermos em conta o actual contexto económico e social do país. Entendo que o País deve apostar e investir no reforço das competências do farmacêutico e no alargamento da sua intervenção no sistema de saúde, em benefício dos cidadãos. Designadamente, no maior envolvimento dos farmacêuticos no processo terapêutico, num quadro de gestão integrada da doença e, muito em particular, de gestão da terapêutica. Hoje em dia, as doenças crónicas, como por exemplo a diabetes e a hipertensão arterial, assumem elevada prevalência na sociedade e constituem factores importantes de morbilidade e mortalidade. A utilização dos medicamentos de forma segura e efectiva e, simultaneamente, sustentável do ponto de vista financeiro deve constituir uma condição basilar de qualquer sistema de saúde. Entre outros aspectos, sublinho o combate ao desperdício, a adesão à terapêutica, o acompanhamento farmacoterapêutico dos doentes e a prevenção, identificação e resolução de problemas relacionados com medicamentos, que, não raramente, condicionam a eficácia da terapêutica instituída e/ou provocam ou agravam outros problemas de saúde, conduzindo frequentemente à necessidade de cuidados de saúde adicionais, incluindo hospitalizações, com custos associados, humanos e económicos, que, em grande parte, são evitáveis.

Hoje em dia, é sabido que o uso de medicamentos nem sempre está associado a resultados positivos na saúde dos doentes, encontrando-se plenamente comprovada a existência de taxas elevadas de morbilidade e mortalidade devidas a



“Os farmacêuticos asseguram à população acessibilidade aos medicamentos e garantem a sua qualidade e segurança.(...) Tudo isto porque participam activamente em todo o circuito do medicamento: investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação; regulação e avaliação científica; produção e garantia da qualidade; distribuição, dispensa e monitorização da utilização, incluindo a gestão do risco e a promoção da adesão à terapêutica”

falhas da farmacoterapia instituída. Vários estudos têm demonstrado o impacto dos resultados negativos associados à medicação na saúde dos doentes, bem como os significativos custos económicos que daí advêm.

Os farmacêuticos podem gerar mais ganhos no sistema de saúde...

Os farmacêuticos comunitários, pela sua formação e pela sua proximidade à população, podem e devem assumir um papel central e muito mais activo na economia da saúde. Por isso, defendo que a intervenção profissional do farmacêutico neste âmbito deve ser aprofundada e, muito especialmente, deve ser promovida e valorizada pelos decisores políticos e consagrada legalmente. A Organização Mundial de Saúde e o Conselho de Ministros da União Europeia têm vindo a preconizar isto mesmo, recomendando o maior envolvimento dos farmacêuticos com o objectivo de melhorar os resultados clínicos obtidos com a utilização dos medicamentos. Mas, contrariamente ao que já acontece noutros países, como os Estados Unidos da América, o Canadá e em muitos Estados-membros da União Europeia, em Portugal ainda temos um longo caminho a percorrer nesta matéria. Estou certo de que os farmacêuticos portugueses saberão responder a mais este desafio com a competência e o mérito que lhes são justamente reconhecidos. O conceito de “farmacêutico clínico” faz todo o sentido. Enquanto profissional de saúde com conhecimentos profundos nas diferentes vertentes do medicamento e uma prática centrada no doente, o farmacêutico clínico está capacitado para identificar os problemas dos doentes relacionados com os medicamentos, gerir a farmacoterapia, dispensar medicamentos e outros produtos de saúde, aconselhar os doentes

no seu âmbito de actuação profissional, monitorizar a terapêutica instituída e comunicar com os outros profissionais de saúde que acompanham o doente, tendo em vista otimizar os resultados clínicos. A detecção e identificação de problemas relacionados com medicamentos pelo farmacêutico e a sua subsequente intervenção podem e devem constituir utilíssimos contributos para a prevenção e resolução de resultados negativos da medicação, permitindo, por conseguinte, aumentar os ganhos em saúde e diminuir os custos associados a falhas da farmacoterapia. Nos casos de patologias crónicas previamente diagnosticadas e com terapêutica instituída, entendo que faz todo o sentido conferir capacidade ao farmacêutico para intervir na monitorização de indicadores da doença e na renovação da terapêutica, com base em protocolos de actuação. Em áreas como a diabetes e a hipertensão arterial, entre outras, a renovação da terapêutica, por si só, constitui uma enorme sobrecarga para as unidades do SNS e contribui fortemente para a sua baixa eficiência. Ainda na perspectiva da integração dos cuidados de saúde, gostaria de me referir à Reconciliação da Terapêutica, conhecida na terminologia anglo-saxónica por “Seamless Care”, em que os farmacêuticos comunitários e hospitalares podem assumir um papel-chave, assegurando a continuidade dos cuidados prestados aos doentes sempre que estes transitam entre diferentes níveis de cuidados de saúde. Hoje em dia, o perfil dos doentes sujeitos a internamento hospitalar é, cada vez mais, o de doentes crónicos com terapêuticas instituídas, frequentemente polimedicados, que, pontualmente, necessitam de ser sujeitos a cuidados hospitalares. Vários estudos demonstram que os momentos de transição entre os níveis de cuidados de saúde, isto é, o momento do internamento e o momento da alta hospitalar, constituem etapas críticas, em que, não raramente, acontecem erros na medicação. Proceder à reconciliação da terapêutica sempre que os doentes crónicos transitam do ambulatório para o hospital e vice-versa, como já sucede nalguns países, constitui, portanto, um contributo de grande relevância da parte dos farmacêuticos, que acarretará evidentes ganhos em saúde.

Os farmacêuticos podem intervir mais nos cuidados de saúde primários...

Noutro plano, o dos cuidados de saúde primários (matéria, de resto, especificamente referida no Memorando de Entendimento entre o Estado português e a tripla FMI, CE e BCE), em que Portugal tem de apostar fortemente, promovendo um sistema de saúde cada vez mais centrado nestes cuidados, devo salientar a relevância da participação dos farmacêuticos na promoção da saúde e prevenção

da doença na população, com especial importância na educação para a saúde. E, bem assim, na realização sistemática de rastreios, tendo em vista a identificação de indivíduos suspeitos de patologias crónicas e a detecção precoce de factores de risco. Também nestas matérias, entendo que a intervenção farmacêutica pode e deve ser aprofundada. E, de igual modo, deve ser promovida e valorizada pelos decisores políticos e legalmente consagrada. Necessariamente, por todos os motivos, incluindo os económicos, Portugal tem de apostar na promoção da saúde dos cidadãos e na prevenção da doença. Como é óbvio, o país só tem a ganhar com uma população saudável. As farmácias comunitárias portuguesas, onde mais de 8.000 farmacêuticos exercem a sua actividade profissional e encontrando-se homogeneamente distribuídas no território nacional, são verdadeiras unidades de saúde, vocacionadas para a prestação de cuidados de saúde à população. Por isso mesmo, entendo que as farmácias reúnem condições para integrar a rede nacional de cuidados de saúde primários. O país tem desperdiçado o elevado potencial das farmácias nesta matéria. Não tenho dúvidas

“Cabe ao farmacêutico, enquanto profissional de saúde que mais próximo está da população, desempenhar um fundamental papel, promovendo e participando activamente em campanhas de saúde pública visando a promoção da saúde e a prevenção da doença”

de que Portugal e os portugueses beneficiarão com a participação activa dos farmacêuticos nos cuidados de saúde primários, quer nas farmácias, quer nos centros de saúde. Entendo que faz todo o sentido desenvolver o conceito de “farmacêutico de família”, com funções assistenciais de proximidade.

O país não deve continuar a desperdiçar a capacidade e o potencial dos farmacêuticos em áreas como a gestão da terapêutica dos doentes crónicos e os cuidados de saúde primários.

O modelo de remuneração das farmácias tem de fortalecer a independência dos farmacêuticos...

Todo o processo de redefinição do papel da farmácia e dos farmacêuticos comunitários que aqui defendo deverá ser acompanhado pela instituição de uma nova modalidade de remuneração da farmácia mais racional e alicerçada no

exercício profissional, em alternativa ao modelo actual baseado numa margem fixada percentualmente sobre os preços dos medicamentos. A adopção de um sistema misto, como já sucede em vários países europeus, como a Suíça, Alemanha, Holanda, Bélgica, entre outros, em que uma parte da margem é substituída por um valor respeitante ao acto farmacêutico subjacente ao processo de dispensa dos medicamentos deverá constituir um caminho a explorar. Fomos dos primeiros a preconizar a instituição de um novo modelo de remuneração das farmácias. Mas, obviamente, não podemos concordar que esta redefinição seja aproveitada para as penalizar economicamente ainda mais. Neste momento, temos as mais fundadas reservas ou mesmo absolutas objecções quanto à adopção de medidas suplementares que possam trazer novas fragilidades e vulnerabilidades às farmácias. É do domínio público que várias centenas estão mergulhadas numa crise económica e financeira que até há pouco tempo era inimaginável e a grande maioria das outras está no limite das condições necessárias à sua sobrevivência. A Ordem dos Farmacêuticos tem acompanhado com grande preocupação esta situação. E fazemo-lo não tanto nem directamente pelos aspectos materiais que ela envolve, mas muito mais pelos aspectos qualitativos e intangíveis da função social do Farmacêutico, que à Ordem cumpre salvaguardar e valorizar em todas as circunstâncias e que, porém, uma situação economicamente difícil das farmácias pode pôr gravemente em causa. Nessa intangibilidade incluo, por exemplo, a relação de confiança com o doente e a independência do exercício profissional. Defendemos a viabilidade económica de todos os operadores do circuito do medicamento, em particular dos de menor dimensão, como as farmácias. Porque somente em clima de viabilidade económica dos operadores é possível garantir aos cidadãos que os farmacêuticos exercem a profissão de forma irrepreensível do ponto de vista técnico-científico e deontológico, com autonomia e independência. A Ordem dos Farmacêuticos tem plena consciência da difícil situação em que se encontra o País e da necessidade imperiosa do controlo efectivo da despesa do SNS. Por isso mesmo, reitero a disponibilidade da Ordem – como, aliás, é sua atribuição estatutária – para cooperar activamente com os decisores políticos na procura das melhores soluções que permitam, simultaneamente, sanear o défice orçamental do Ministério da Saúde e manter uma intervenção solidária junto dos doentes, principalmente dos mais carenciados, que proteja a sua saúde e que seja adequada à situação social e económica de cada um. E que não flagele, pela via material, as essenciais intangibilidades da função farmacêutica.